

# ONGs admitem que houve progresso

Aplausos à iniciativa do governo e um certo ceticismo do Congresso Nacional marcaram o lançamento, no Palácio do Planalto, do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que completa um ano na próxima terça-feira. As dúvidas vieram das organizações não-governamentais (ONGs) *Human Rights Watch* e Anistia Internacional, implacáveis na denúncia das violações dos Direitos Humanos no Brasil.

“Foi um primeiro passo crítico na batalha para acabar com a impunidade”, disse José Miguel Vivanco, diretor-executivo da *Watch*, à época do lançamento do PNDH. “Estávamos preocupados com a falha do Congresso, em particular do Senado, na implementação das medidas do programa”, aponta.

A pesquisadora Alisson Sutton, da Anistia Internacional, também previu dificuldades na base governista do Congresso para colocar o programa no papel.

De qualquer forma, analisa hoje

Sutton, o Brasil é um dos primeiros países a atender à recomendação para a adoção de um plano de Direitos Humanos da Conferência de Viena, de 1993.

“A Austrália e o Canadá foram os únicos que adotaram. O Brasil foi o terceiro. É importante ver que o País está tentando ser pioneiro nesse campo”, observa.

Desde o lançamento do PNDH, em 13 de abril do ano passado, o governo federal enviou ao Congresso várias propostas de emenda constitucional (PECs).

Algumas delas foram aprovadas, como a tipificação dos crimes de tortura. Outras ainda esperam a boa vontade e a mobilização da base governista, como a transferência do julgamento de crimes contra os direitos humanos para a Justiça Federal.

Nesse primeiro ano do PNDH, Fernando Henrique pediu regime de urgência para a votação do novo Código Nacional de Trânsito — ainda encalacrado na Comissão

Especial da Câmara — e conseguiu aprovar a pensão de um salário mínimo mensal para as famílias de 47 pacientes renais que morreram em consequência de sessões de hemodiálise com água contaminada no Instituto de Doentes Renais (IDR), em Caruaru (PE).

Além disso, tentou flexibilizar a legislação de refugiados políticos no país, criar o serviço civil obrigatório para quem fosse dispensado ou isento do serviço militar, regulamentar o uso de armas e munições por policiais em horários de folga, instituir programas de desarmamento e implementar cursos de direitos humanos nas polícias estaduais.

Fernando Henrique acredita que, aprovadas as 168 propostas do PNDH, o governo federal não terá mais desculpas para não punir os culpados pela violência no país. “Aí, sim, estaremos ingressando no primeiro mundo”, afirma José Gregori, secretário nacional de Direitos Humanos. (MZ)